

Meio Ambiente Construído

E

flexibilidade tropical

Neste fim de século, parece haver acordo entre as mentes para considerar que a ciência e a tecnologia são um dado fundamental da vida humana. No entanto, salvo no que se refere aos tecnopolos — tornados um tema de moda — pouco se tem escrito sobre as relações entre esses novos fatores de desenvolvimento e a reorganização do espaço habitado. A verdade, porém, é que dificilmente se entenderá a lógica espacial das sociedades contemporâneas sem levar em conta o papel da ciência, da tecnologia e da informação. Pode-se falar, de um modo geral, na tendência a que o meio geográfico se transforme em um meio técnico-científico. As atividades mais modernas, na cidade e no campo, passam a exigir adaptações do território, com a adição ao solo de acréscimos cada vez mais baseados nas formulações da ciência e na ajuda da técnica. O meio ambiente construído se diferencia pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares: o artifício tende a se sobrepor e substituir a natureza.

É desse modo que o espaço humano reveste hoje maiores diferenciações e disparidades, na aparência, nas estruturas ocultas, no uso. A famosa contradição cidade-campo não apenas ganha um novo aspecto, mas toma outro sentido. Campo e cidade se subordinam de modo diverso às novas exigências. O campo pode adaptar-se mais rapidamente às mudanças de uso, segundo os produtos, desde que haja recursos de capital e inteligência. Na cidade, as formas novas, criadas para responder a necessidades renovadas, tornam-se mais exclusivas, mais rígidas materialmente e funcionalmente, tanto do ponto de vista de sua construção quanto de sua localização. Disso advém uma diferença essencial entre as cidades — sobretudo as grandes cidades — da fase histórica imediatamente anterior e do período atual. Isso também serve para distinguir, grosso modo, as metrópoles dos países desenvolvidos e as dos países subdesenvolvidos. Nascer cidade e tornar-se lentamente metrópole e, em seguida necrópole, segundo Lewis Mumford, seria o destino final da evolução das grandes cidades européias e norte-americanas. Podemos dizer que no Terceiro Mundo as cidades destinadas a ser grandes crescem rapidamente; e rapidamente se transformam em necrópoles, se já não nascem assim.

As metrópoles criadas para comandar as grandes transformações mundiais trazidas pelo imperialismo exercem uma lógica internacional comandada (até certo ponto) pelas respectivas lógicas nacionais. Crescidas numa era de relativo esplendor, o planejamento, a construção, o uso dessas aglomerações era conseqüente dessa lógica e (a cidade) dela retirava seiva, vigor, beleza, capacidade renovadora das coisas e das práticas. Nos países subdesenvolvidos, surgem como espaços derivados. Quanto mais os países se modernizam e crescem, mais as grandes cidades associam lógicas externas e lógicas internas subordinadas. Por isso, são cidades críticas desde o seu nascimento, sobretudo porque se tornam cidades sem cidadãos. Nessas aglomerações pósiluministas, a lei do novo é também a da conformidade e do conformismo. As estruturas mentais forjadas permitem a abolição da idéia (e da realidade) de espaço público e de homem público. Numa sociedade de homens privados, a lei da concorrência legitima a lei da *jungle* e a cidade retraia tais egoísmos funcionais: em suas formas primárias e secundárias, em seus arranjos particulares e em sua arrumação global. A rua, onde o estacionamento expulsa o jardim, torna-se a arena desse conflito e não mais o lugar do encontro e da festa.

Essa tendência vai agravar-se após a Segunda Guerra Mundial. Alguns fatores se conjugam para criar esse resultado. Em primeiro lugar, o triunfo, já mencionado, de um modo de produção baseado na ciência, na tecnologia e na informação e, paralelamente, a substituição galopante do capitalismo concorrencial pelo capitalismo monopolista e a chegada concomitante do que se chamou de Modo de Produção Estatal combinado com Modo de Produção Urbano. Some-se a isso (como corolário e como causa) a instalação no Terceiro Mundo de governos autoritários freqüentemente militares e, mais recentemente, a implantação do modelo neoliberal que associa países avançados e subdesenvolvidos. São tais ingredientes que contribuem para dar às nossas cidades um novo rosto, uma nova funcionalidade, uma nova definição.

As novas formas de ser da economia, distanciadas dos antigos padrões produtivos, com um número sempre menor de grandes firmas cada vez maiores, são cada vez mais comandadas pelo Estado (o modo de produção estatal), e é nas cidades onde se realiza ou controla, por meio de um terciário agigantado e

sofisticado, o essencial da atividade (o modo de produção urbano). Por isso, a cidade é objeto de um processo incessante de transformações que atingem aquelas áreas necessárias à realização das atividades modernas de produção e de circulação. Já que os recursos disponíveis ou trazidos de fora são orientados para essas transformações, o resto da aglomeração não recebe cuidados, sendo essa diferença de tratamento um dos fatores da crise ambiental. Os novos objetos surgem para atender a reclamos precisos da produção material ou imaterial, criando espaços exclusivos de certas funções. A cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores, superpõe-se essa nova cidade moderna seletiva, cidade técnico-científica-informacional, cheia das intencionalidades do novo modo de produzir, criada, na superfície e no subsolo, nos objetos visíveis e nas infra-estruturas, ao sabor das exigências sempre renovadas da ciência e da tecnologia. Espaço minoritário dentro da aglomeração, espaço não dominante do ponto de vista da extensão, é, todavia, o espaço dominador dos processos econômicos e políticos, cuja lógica implacável se sobrepõe e comanda a dos demais subespaços quantitativamente dominantes na paisagem, mas qualitativamente subordinados quanto às funções.

É nesse sentido que se pode dizer que à cidade plástica, herdeira dos primórdios da história metropolitana, sucede uma cidade rígida. Neste sentido, Brasília é a cidade mais moderna do Brasil e Salvador a segunda, pois deu as costas à cidade histórica para construir, em poucos anos, uma seção de cidade inteiramente nova, unindo o aeroporto ao centro cívico-comercial moderno e às áreas industriais, gerando um espaço de fluidez somente encontrado na capital federal e onde os objetos contemporâneos são o suporte de ações racionais. Assim, Brasília é toda rígida, cada pessoa ou coisa encontrando um lugar preciso e Salvador, como São Paulo ou Rio de Janeiro, é um híbrido da plasticidade do passado e da rigidez do presente.

Em passado recente, a grande cidade era relativamente plástica. Ia acolhendo as novas mudanças sem alteração intrínseca de seus objetos físicos, ainda que estes aumentassem em tamanho, em funcionalidade, e buscassem uma nova ordem. Os novos modos de ser se adaptaram às velhas formas de ser. Hoje é diferente. Os lugares destinados às atividades hegemônicas são o retrato da intencionalidade que preside à sua criação, intencionalidade exigente e exclusiva cujo paradigma são os edifícios e áreas inteligentes. Espaços detalhadamente preparados para exercer funções mais precisas, o seu valor específico é, assim, realçado, criando ecologias exigentes. Forma-se, assim, o fundamento de uma nova escassez, uma nova segregação espacial, uma nova teoria do valor e uma nova realidade da lei do valor. Mais ainda, cada lugar se torna capaz, em razão exclusiva de tais virtualidades, de transmitir valor aos objetos que sobre ele se constroem, do mesmo modo que os edifícios funcionalmente adequados transferem valor às atividades para as quais foram criados. Seu "envelhecimento social" pode ser rápido e fatal no caso de deserção da atividade compatível. É essa a rigidez contemporânea que caracteriza as nossas metrópoles tão modernizadas e tão prematuramente envelhecidas. Aquelas parcelas do espaço produtivo imunes às transformações impostas pelo nexo técnico-científico são o teatro de atividades menos poderosas, menos necessitadas de "informação" enquanto esta constitui o apanágio dos bolsões da modernidade atual.

A nova rigidez metropolitana responsável pelo aumento desmesurado do tamanho urbano afeta, na cidade, o sistema de movimento, tornando-o mais anárquico, e, graças à extrema funcionalização de setores urbanos hegemônicos, agrava os problemas de coordenação, mudando, ao seu falante, a distribuição das atividades e dos homens, assim como seus ritmos.

Esses novos arranjos são baseados em objetos geográficos cujo funcionamento é, cada vez mais, interdependente e sistêmico, e constituem a base de práticas sociais hegemônicas igualmente sistêmicas. Graças à nova arquitetura urbana e à qualidade técnico científica informacional do meio ambiente construído, eleva-se o patamar da racionalidade do agir social dominante, mas trata-se de uma racionalidade sem outra razão que a do lucro, ainda que não se manifeste exclusivamente de forma mercantil. O simbólico se torna um coadjuvante precioso do mercadológico. É essa a danação da metrópole contemporânea.

O novo sistema de objetos geográficos e o novo sistema de ação deliberada, que inclui o subsistema de ação comunicativa, são, pois, o cenário ideal para o exercício de uma racionalidade implacável do sistema econômico, mais exatamente do subsistema hegemônico da economia que, desse modo, se superpõe e deforma o sistema social e o sistema cultural, agindo, igualmente, sobre o restante, não hegemônico, do sistema econômico. Ficam, assim, assentadas as bases para o alcance de uma eficácia e de uma produtividade baseadas na conformidade do instrumento à ação, da forma à função.

Ninguém se admire, pois, da atual pregação neoliberal. Nos dias de hoje, o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade ó apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece a atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais. O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos, mas apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certeiras.

Mas a cidade como um todo resiste à difusão dessa racionalidade triunfante graças, exatamente, ao meio ambiente construído, que é um retraio da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais. À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infra-estruturas e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência. É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência. É nessas condições que as grandes cidades do Terceiro Mundo são, por um lado, rígidas na sua vocação internacional e, por outro, são dotadas de flexibilidade, graças a um meio ambiente construído que permite a atuação de todos os tipos de capital, e, desse modo, admite a presença de todos os tipos de trabalho. O planejamento urbano, sobretudo se obediente aos parâmetros das chamadas cidades internacionais, termina por estabelecer as condições de uma modernização sempre mais atual, negligenciando a maior parte da cidade e da população, o meio físico e humano, onde se criam os empregos endógenos. Não deixa de ser significativo, nesse contexto, o relevo que adquire, na lista das prioridades da pesquisa e dos respectivos congressos e publicações, temas como o pósfordismo (um adjetivo em busca de substantivação) e da chamada flexibilidade (uma agenda ainda não confirmada), enquanto as realidades metropolitanas tomadas em conjunto são cada vez menos objeto de investigação. A dedicação quase exclusiva ao subsistema hegemônico da economia (urbana e internacional) descolado da totalidade aparece como dedicação quase exclusiva às tarefas do planejamento empresarial e à redação de um manual de investimentos e não propriamente propõe um planejamento urbano ou regional. No caso dos países do Terceiro Mundo, será mais adequado não perder de vista a verdadeira flexibilidade tropical de que as grandes cidades dispõem e que atenuam o tamanho de sua crise. Meio ambiente construído, economia segmentada mas única, e população compósita são o tripé que explica a atual realidade urbana e metropolitana e pode ajudar a estabelecer as bases de um planejamento eficaz, agora que planejar a cidade se tornou mais viável que planejar o campo.